

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente nº 242GG-021-PB-RM1

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 | 4º andar |
Flamengo - Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos Administradores e Conselheiros da
Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) depende do recebimento de repasse de recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e outros ministérios para a manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro, conseqüentemente esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvidas quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidade sem finalidade de lucros, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

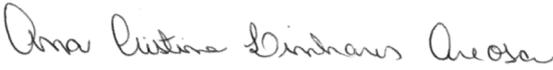
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Ana Cristina Linhares Areosa
Contador CRC 1RJ-081.409/O-3

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

ATIVO

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	688.192.762	558.740.021
Contas a receber	5	5.845.394	5.958.994
Depósito em garantia	6	1.089.778	771.213
Adiantamentos a terceiros	7	2.587.987	3.078.817
Créditos de funcionários	-	1.111.563	897.043
Despesas pagas antecipadamente	-	563.858	560.515
Impostos e contribuições a recuperar	-	36.143	35.859
Total do ativo circulante		699.427.485	570.042.462
Ativo não circulante			
Despesas pagas antecipadamente	-	381.765	416.471
Depósitos judiciais	8	8.179.844	5.599.902
Depósito em garantia	6	-	48.000
Direito de uso de arrendamento	9	2.509.566	2.914.755
Imobilizado	10	128.448.597	129.372.193
Intangível	11	47.741.713	51.688.981
Total do ativo não circulante		187.261.485	190.040.302
Total do ativo		886.688.970	760.082.764

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Fornecedores	12	29.273.588	25.924.015
Passivo de arrendamento	13	1.101.628	1.409.855
Obrigações fiscais	14	13.014.934	9.233.962
Obrigações sociais	-	3.254.233	2.223.395
Obrigações trabalhistas	15	11.530.848	9.013.232
Obrigações em circulação	16	667.040.678	495.174.185
Outras contas a pagar	-	717.825	347.471
Total do passivo circulante		725.933.734	543.326.115
Passivo não circulante			
Provisão para riscos judiciais	17	27.173.251	26.158.406
Passivo de arrendamento	13	1.605.713	2.175.573
Obrigações em circulação	16	101.609.120	151.121.131
Total do passivo não circulante		130.388.084	179.455.110
Patrimônio social			
Capital social	-	37.301.539	32.346.513
(Déficit) superávit do exercício	-	(6.934.387)	4.955.026
Total patrimônio social		30.367.152	37.301.539
Total do passivo e patrimônio social		886.688.970	760.082.764

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas com restrição			
Receita do contrato de gestão	16	332.899.451	298.355.762
Receita de convênios	19	19.094.719	30.988.518
Receitas sem restrição			
Receitas de prestação de serviços		30.085.922	33.636.608
Tributos sobre serviços prestados		(3.424.083)	(3.746.988)
Total	20	<u>26.661.839</u>	<u>29.889.620</u>
Receita líquida Total		<u>378.656.009</u>	<u>359.233.900</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com pessoal	21	(130.995.352)	(105.049.257)
Provisão para riscos judiciais	14/17	(4.555.797)	(10.911.219)
Despesas gerais e administrativas	22	(271.461.247)	(258.847.618)
Despesas tributárias	23	(2.743.591)	(1.820.559)
Depreciação e amortização	9/10/11	(30.280.476)	(28.342.910)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	<u>1.840.383</u>	<u>3.664.562</u>
Total		<u>(438.196.080)</u>	<u>(401.307.001)</u>
Despesas financeiras		(12.009.403)	(10.379.685)
Receitas financeiras		<u>64.615.087</u>	<u>57.407.812</u>
Resultado financeiro líquido	25	<u>52.605.684</u>	<u>47.028.127</u>
Total das despesas/receitas operacionais		<u>(385.590.396)</u>	<u>(354.278.874)</u>
(Déficit) superávit do exercício		<u>(6.934.387)</u>	<u>4.955.026</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
(Déficit) superávit do exercício	(6.934.387)	4.955.026
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(6.934.387)</u>	<u>4.955.026</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit/déficit acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldos 31 de dezembro de 2021	37.611.907	(5.265.394)	32.346.513
Incorporação resultado ao patrimônio social	(5.265.394)	5.265.394	-
Superávit do exercício	-	4.955.026	4.955.026
Saldos em 31 de dezembro de 2022	32.346.513	4.955.026	37.301.539
Incorporação resultado ao patrimônio social	4.955.026	(4.955.026)	-
Déficit do exercício	-	(6.934.387)	(6.934.387)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>37.301.539</u>	<u>(6.934.387)</u>	<u>30.367.152</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) superávit do exercício	(6.934.387)	4.955.026
Depreciação e amortização	29.298.191	27.399.519
Baixa de ativo imobilizado e intangível	618.810	312.174
Amortização de despesa antecipada	720.435	246.803
Juros incorridos sobre arrendamentos	188.474	201.625
Amortização do direito de uso dos arrendamentos	982.285	943.392
Constituição de provisão para riscos judiciais	1.314.845	4.600.461
Constituição(reversão) de provisão para perda no ativo imobilizado/intangível	(427.795)	426.551
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	279.996	51.720
Total	<u>26.040.854</u>	<u>39.137.272</u>
Aumento (redução) nos ativos operacionais		
Clientes a receber	(166.396)	(1.239.296)
Estoque de material de consumo	-	3.233
Depósito em garantia (curto e longo prazo)	(270.565)	(157.447)
Adiantamentos a terceiros	490.830	(1.895.788)
Créditos de funcionários	(214.520)	(194.983)
Despesas pagas antecipadamente (curto e longo prazo)	(689.072)	(903.296)
Tributos e contribuições a recuperar	(284)	(898)
Depósitos judiciais	(2.579.942)	(2.271.531)
Total	<u>(3.429.949)</u>	<u>(6.660.006)</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	3.349.573	5.674.407
Obrigações fiscais	3.780.972	6.124.558
Obrigações sociais	1.030.838	622.727
Provisões trabalhistas	2.517.616	802.543
Obrigações em circulação	122.354.482	271.937.742
Contas a pagar	370.354	(111.197)
Provisão para riscos judiciais	(300.000)	-
Total	<u>133.103.835</u>	<u>285.050.780</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>155.714.740</u>	<u>317.528.046</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições de imobilizado e intangível	(24.618.341)	(42.689.852)
Pagamento de passivo de arrendamento	(1.063.249)	(956.777)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(25.681.591)</u>	<u>(43.646.629)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Remensuração de passivo de leasing	-	1.270.723
Pagamento de passivo de leasing	(580.407)	(527.642)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>(580.407)</u>	<u>743.081</u>
Aumento líquido do caixa e equivalente de caixa	<u>129.452.741</u>	<u>274.624.498</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	558.740.021	284.115.523
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	688.192.762	558.740.021
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>129.452.741</u>	<u>274.624.498</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em reais)

1. Informações sobre a entidade

A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP (Associação e/ou Entidade), localizada na Rua Lauro Muller 116, sala 1.103, Botafogo – Rio de Janeiro – RJ, foi qualificada como Organização Social por meio do Decreto nº 4.077, de 09 de janeiro de 2002. Tem como finalidade o desenvolvimento tecnológico da área de redes e suas aplicações, com o foco orientado para a educação, a pesquisa e a inovação. Para isso, cria e desenvolve redes de colaboração e comunicação de alto desempenho no país e em interconexão global, soluções e serviços digitais seguras, aplicações inovadoras e experimentais e realiza a qualificação de competências nessas tecnologias emergentes.

As principais atividades desenvolvidas pela RNP estão vinculadas a metas e prazos pactuados e descritos no Contrato de Gestão firmado, originalmente em 26 de março de 2002, entre Associação e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Esse instrumento de parceria e fomento de resultados plurianuais é mantido com recursos do MCTI em conjunto com outros ministérios intervenientes ao Contrato de Gestão, como Educação (MEC) e Comunicações (MCom), além de outros órgãos, interessados nos objetivos estratégicos contratualizados e na participação no Sistema RNP, por meio do Programa Interministerial RNP (PRORNP), criado em 1999.

O Sistema RNP é atualmente composto por 800 organizações usuárias, cerca de 4 milhões de alunos, professores e pesquisadores, 1.500 campi de universidades, institutos públicos e privados, unidades de pesquisa, museus, hospitais de ensino e pesquisa, além de grandes projetos de ciência, ambientes de inovação e redes de colaboração temáticas. Essa comunidade conta com uma plataforma digital para educação, pesquisa e inovação, onde são construídos e fruídos serviços nacionais e internacionais. Essa plataforma de serviços digitais está baseada em uma cyber infraestrutura nacional de alto desempenho, com monitoramento de segurança cibernética, capaz de coordenar comunicação, computação e armazenamento para a pesquisa e o ensino no Brasil. Por suas características e requisitos, atende aos projetos que possuem alta demanda de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em áreas como astronomia, biodiversidade, saúde, clima, cultura e física, entre outras. O Sistema RNP também abriga e sustenta distintas redes de colaboração para educação continuada, qualificação de recursos humanos e desenvolvimento de políticas públicas.

Em 02 de agosto de 2021, a RNP e o MCTI firmaram o Contrato de Gestão 2021-2030, com a interveniência do MEC e MCOM. Este é o quarto ciclo plurianual de fomento ao Sistema RNP para o desenvolvimento e qualificação da cyber infraestrutura nacional, seus serviços digitais e recursos humanos altamente especializados, que constituem um bem público para milhares de organizações usuárias, integradas globalmente, com redes de educação e pesquisa e fluxos de conhecimento.

A RNP depende do recebimento de repasse de recursos de fomento do PRORNP, especialmente MCTI, MEC e MCOM, para manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. Em virtude da natureza das operações da Organização, da vigência do Contrato de Gestão e da conformidade com os termos deste novo contrato, a Administração da RNP entende que os recursos previstos e necessários serão disponibilizados à Organização na forma esperada.

Continuidade operacional

A RNP é uma organização que está vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e mantida, conjuntamente, pelos Ministérios da Educação (MEC), das Comunicações (MCom), da Cultura (MinC), da Saúde (MS) e da Defesa (MD) por meio do Programa Interministerial RNP (PRO-RNP).

A continuidade de sua operação está suportada pelo Contrato de Gestão, que possui vigência até 31 de julho de 2030, com estimativa da entrada de recursos para o período de dez anos na ordem de R\$ 2,727 bilhões, podendo ser renovado ou prorrogado.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da RNP são de responsabilidade de sua Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos – Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros). Naqueles aspectos não abordados por esta ITG, foram aplicadas as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis completas.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas formas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, também com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Não existem transações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos nas operações realizadas pela Entidade nos exercícios apresentados.

As demonstrações contábeis da RNP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão por sua Diretoria Executiva em 08 de março de 2024.

3. Apresentação das demonstrações contábeis e políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

As políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico.

3.3. Sumário das principais políticas contábeis

a) **Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência para os recursos recebidos via Contrato de Gestão, convênios FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e para projetos com duração superior a mais de um exercício financeiro, no caso: Projeto Frida, Projeto Global Biodiversity, Comunicação móvel 5g INATEL, Convênio Colégio Pedro II, Projeto Brasil 6g, Projeto RNP 5g In a box, Projeto Open Ran, iniciado anteriormente a 2023, e Projeto Hacker do Bem, Projeto fundação Renova, iniciados em 2023.

A receita apropriada pelo regime de competência é reconhecida na extensão em que são incorridas as despesas relacionadas aos projetos executados, e as receitas advindas de outros convênios, contratos e prestação de serviços, geridas pela RNP, são contabilizadas no momento do seu recebimento.

b) **Caixa e equivalentes de caixa**

São representados por disponibilidades em moeda nacional, referentes à caixa, bancos e aplicações financeiras em títulos de renda fixa com disponibilidade imediata e são utilizados pela Associação no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento do exercício.

c) **Contas a receber e Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)**

São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento, em contrapartida à conta de resultado. O CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros – substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Para as contas a receber, a Entidade adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda esperada tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. Conjugada com a experiência operacional e a conjuntura econômica.

d) **Imobilizado**

Está registrado ao custo, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 10, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens. A Administração da RNP não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

Um item de imobilizado é baixado quando doado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado em relação ao seu uso ou à sua venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração de superávit/déficit no período em que o ativo for baixado.

A provisão para perda do ativo imobilizado é constituída após a realização do inventário físico anual. Com base no status de cada um dos bens, a administração constitui a provisão.

Os status passíveis de provisão são: não informado, não localizado, irrecuperável, obsoleto para o projeto, recuperável e em branco.

e) **Contratos de arrendamento – CPC 06**

Na data de início do contrato de arrendamento é reconhecido o direito de uso e o passivo de arrendamento. A Entidade mensura o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento, onde é utilizada a taxa incremental, já que não possui taxa de juros implícita em seus contratos.

A taxa incremental estimada é em função das taxas de captação de financiamentos de longo prazo, ajustada para refletir as características do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, moeda, prazo e a data de início do contrato. Se ocorrer alguma alteração do fluxo de caixa esperado no contrato, o passivo é novamente mensurado. A Entidade amortiza o ativo de direito de uso pelo método linear, pelo prazo remanescente do arrendamento. A Entidade usou determinadas isenções permitidas pela norma e, portanto, não aplicaram os requerimentos no CPC 06 (R2) para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, reconhecendo para estes casos uma despesa de arrendamento pelo método linear, conforme previsto no CPC 06(R2), equivalente ao IFRS 16. A Entidade possui contratos de arrendamentos operacionais nos quais atua como arrendatária referentes a imóveis.

A mensuração desses arrendamentos inclui:

- i) Uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da arrendatária e esse exercício é razoavelmente certo;
- ii) Revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes às suas operações; e
- iii) Utilização de determinadas premissas para calcular a taxa incremental adequada aos contratos; dentre outras.

f) Intangível

Ativos intangíveis refletem os custos de aquisição deduzidos da amortização acumulada e das perdas para redução do valor recuperável, quando aplicável.

O critério para provisão para perda é similar ao aplicado ao ativo imobilizado mencionado na nota explicativa acima.

g) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a RNP tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que seja requerida uma estimativa confiável do valor da obrigação para que a mesma possa ser liquidada. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração de déficits e superávits, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A RNP é parte em processos judiciais e administrativos; portanto, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e quando uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências aplicáveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

h) Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

A Entidade reconhece um ativo financeiro no seu balanço patrimonial, quando, e apenas quando, a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Entidade avalia na data das demonstrações contábeis se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Entidade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e incluem contas a pagar a fornecedores.

Instrumentos derivativos

A Entidade não possui em 31 de dezembro de 2023 e 2022 nenhum instrumento derivativo de qualquer natureza em aberto. A Entidade, também não realizou durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022 nenhuma transação com instrumento financeiro derivativo de qualquer natureza.

i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seu benefício econômico futuro seja gerado em favor da RNP e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j) Tributação

A RNP é uma associação civil sem fins lucrativos constituída nos termos da Lei 9.637/98 e tem suas atividades voltadas para o desenvolvimento tecnológico e de pesquisa, motivo pelo qual lhe é conferida a isenção tributária de IRPJ e CSLL.

Caso a RNP não gozasse de isenção tributária, a tributação sobre o lucro compreenderia o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda seria computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedessem R\$ 240.000 no período de 12 meses, e a contribuição social seria computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. As inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, gerariam créditos ou débitos tributários diferidos.

A Entidade não tributa PIS e Cofins sobre a receita de subvenção governamental recebida, pois os recursos que são repassados para atender as obrigações do Contrato de Gestão têm natureza de repasse de recursos públicos destinados à realização de atividades e projetos, restando afastada a incidência de impostos ou contribuições, por não caracterizarem contraprestação de serviços.

Para as receitas de prestação de serviços os seguintes impostos e contribuições incidem pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto sobre Serviços (ISS)	5,00%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	7,60%

k) Obrigações em circulação

Os valores recebidos em contas da RNP destinados à execução de projetos e firmados em instrumentos contratuais são reconhecidos como obrigação da Entidade perante os doadores e/ou parceiros. A medida em que os projetos correlatos são executados, as obrigações em circulação são baixadas e a respectiva receita é apropriada ao resultado do exercício.

l) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo do reembolso de despesas com os projetos, recuperação de custos e eventuais prestações de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado quando pode ser estimada de forma confiável, associada com a transação por referência e o estágio de execução de seus serviços à medida do cumprimento das obrigações contratuais. A receita de projetos e convênios são reconhecidas à medida em que os projetos correlatos são executados, as obrigações em circulação são baixadas e a respectiva receita é apropriada ao resultado do exercício.

m) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos – Resolução CFC nº 1.409/12 (ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros). Naqueles aspectos não abordados por esta ITG, foram aplicadas às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis completos.

3.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

O processo de elaboração das demonstrações contábeis, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicadas a entidades sem fins lucrativos, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações contábeis e nas suas notas explicativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado e do intangível, assim como da provisão para riscos judiciais. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A RNP revisa suas estimativas e premissas anualmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa pequeno - RNP	3.072	3.000
Banco conta movimento - Contrato de gestão (a)	11.894.865	161.553.460
Banco conta movimento - Associação (b)	3.935.501	2.223.289
Total	15.833.438	163.779.749
Aplicações financeiras - Contrato de gestão (a)	571.503.410	302.965.896
Aplicações financeiras - Associação (b)	100.855.914	91.994.376
Total	672.359.324	394.960.272
Total	688.192.762	558.740.021

- (a) A Entidade considera os recursos do contrato de gestão, sejam eles banco conta movimento ou aplicação financeira, como caixa e equivalentes de caixa, pois tais recursos são utilizados para pagamento de despesas orçadas nos projetos que serão realizados durante o exercício, bem como para cobrir as despesas que mantêm a operação da RNP. As aplicações financeiras estão representadas em títulos de renda fixa em instituições de primeira linha: Banco do Brasil, Itaú, Azimut e XP investimentos, indexadas do CDI – Certificados de Depósitos Interbancários.
- (b) São consideradas banco conta movimento – associação e aplicações financeiras – associação todos os recursos próprios da entidade, que são utilizados com despesas da própria organização, e todos os recebimentos de projetos carimbados na qual o valor destinasse as despesas somente do projeto acordado. As aplicações financeiras estão representadas em títulos de renda fixa e poupança em instituições de primeira linha: Banco do Brasil e CEF, indexadas ao rendimento médio de 90% dos Certificados de Depósitos Interbancários.

5. Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Cientes	2.352.143	1.664.324
Duplicatas a receber	788.530	393.132
Serviços prestados e não faturados	2.984.717	3.953.258
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(279.996)	(51.720)
Total	5.845.394	5.958.994

A conta de “clientes” refere-se às emissões de notas fiscais eletrônicas de prestação de serviços e a conta “duplicatas a receber” refere-se às faturas emitidas de receitas provenientes de cooperação técnica, convênios e patrocínios. A provisão de serviços a faturar foi constituída somente para os clientes que a Entidade possuía o aceite.

A composição das contas a receber de clientes por idade de vencimento é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	3.777.193	5.634.436
Vencidos		
Há 30 dias	699.941	69.035
De 31 a 60 dias	318.377	8.694
De 61 a 180 dias	1.049.883	246.829
Há mais de 180 dias	279.996	51.720
Total	6.125.390	6.010.714

A movimentação da Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi como segue:

	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro	(51.720)	(210.222)
(+) Adições	(279.996)	(51.720)
(-) Baixas	51.720	210.222
Saldo em 31 de dezembro	(279.996)	(51.720)

Em relação ao critério utilizado para constituição da Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), o parâmetro utilizado diz respeito à data de vencimento, ou seja, títulos vencidos há mais de 180 dias sem o respectivo recebimento considerando a data-base 31 de dezembro de 2023. Dos títulos com vencimento em aberto há mais 180 dias, a Entidade possuiu faturas de clientes a receber (total de R\$ 166.212) e de outros clientes a receber (R\$ 113.784) que se enquadraram na situação ora mencionada, compondo o valor total provisionado (R\$ 279.996).

6. Depósito em garantia (circulante e não circulante)

	31/12/2023	31/12/2022
Aluguel	-	48.000
Inmetro	20.103	19.755
Capes	1.069.675	751.458
Total de garantias	1.089.778	819.213
Circulante	1.089.778	771.213
Não circulante	-	48.000

A RNP possui contratos firmados com clientes e fornecedores (contrato de locação) que exigem obrigações, através da constituição de uma garantia bancária.

7. Adiantamentos a terceiros

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos a fornecedores (a)	1.690.550	2.261.753
Importação em andamento (b)	857.684	774.597
Adiantamentos diversos	39.753	42.467
Total	2.587.987	3.078.817

- (a) Em sua maioria é composta por pagamento antecipado à Padtec (montante total de R\$ 1.064.686), referente a serviços de manutenção; e
- (b) Valor referente a importações em andamento associadas a diversos projetos (exemplo: Projeto Amazônia Integrada – PAIS). O montante compreende os valores adiantados na aquisição dos equipamentos para execução dos respectivos projetos.

8. Depósitos judiciais

	Quantidade	31/12/2023	31/12/2022
Processo RFB (a)	01	498.765	498.765
Processo RFB - PIS/Cofins (b)	01	7.591.762	5.000.262
Processo RFB (c)	01	89.317	89.317
Processo trabalhista (d)	01	-	11.558
Total		8.179.844	5.599.902

- (a) Refere-se a uma ação ordinária com origem no ano de 2013 visando a obtenção de provimento judicial para reconhecer a improcedência da cobrança de IRRF sobre rendimentos financeiros que era pretendida pela Fazenda Nacional. Atualmente, a Entidade não possui práticas relacionada ao tema;
- (b) A partir de 1º de julho de 2015, as alíquotas do PIS e Cofins sobre receitas financeiras, inclusive as decorrentes de operações realizadas para fins de *hedge*, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, passaram a ser de 0,65% e 4%, respectivamente. A RNP está recolhendo judicialmente o valor correspondente ao pagamento da Cofins, pois entende que essa cobrança é indevida, dado que a origem do valor aplicado é isenta de tributação, logo, seus rendimentos também deveriam ser;

- (c) Refere-se a um processo iniciado no ano de 2020, cujo objeto refere-se a um auto de infração lavrado visando a aplicação da multa prevista no art. 33 da Lei nº 11.488/2007 por importação dos equipamentos relativos à DI nº 20/1023656-3. Em setembro de 2021, a respeito do despacho decisório proferido nos autos do processo administrativo nº 19482-720.054/2020-08, concluiu pela inoccorrência de infração a ensejar a aplicação de pena de perdimento e, conseqüentemente, ocasionaria a improcedência do auto ora impugnado. Assim, requereu-se a priorização da análise da impugnação apresentada, de modo que a RNP possa vir a ser ressarcida do valor depositado administrativamente. Atualmente, a RNP aguarda o julgamento da impugnação interposta; e
- (d) Refere-se ao processo de vínculo trabalhista que foi devidamente pago em 2023, sendo assim, processo foi arquivado e o depósito levantado.

9. Direito de uso de arrendamento

Os arrendamentos nos quais a Entidade, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento, pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato.

Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

A taxa de desconto utilizada no cálculo dos contratos antigos foi a Selic média de 6,24% a.a. e para o contrato novo, Embrapa – Campinas, o INCC-M acumulado de 2023 de 9,40%.

A RNP possui contratos de aluguel das salas comerciais, espaço físicos para armazenagem e de equipamentos. A seguir, apresentamos a movimentação dos arrendamentos nos exercícios de 2023 e 2022:

	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro	2.914.755	1.148.021
Adição	577.096	2.710.126
Amortização	(982.285)	(943.392)
Saldo em 31 de dezembro	2.509.566	2.914.755

10. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2022	Custo		Transferência entre contas	Depreciação		31/12/2023
			Aquisições	Baixas		Adições	Baixas	
Equipamentos de computação	20%	46.405.061	19.418.930	(10.794.590)	-	(19.417.163)	10.766.395	46.378.633
Máquinas e equipamentos	10%	10.755.348	317.510	(4.820.340)	-	(886.659)	4.352.551	9.718.410
Móveis e utensílios	10%	5.981.209	91.182	(472.392)	-	(835.856)	349.566	5.113.709
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	193.723	-	-	-	(22.603)	-	171.120
Cabos de fibra ótica	5%	68.648.370	4.398.427	-	-	(3.702.770)	-	69.344.027
Instalação	10%	360.038	-	-	-	(43.458)	-	316.580
Equipamento-leasing	-	882.083	-	-	-	(208.093)	-	673.990
Construções em andamento	-	152.158	113.140	-	-	-	-	265.298
Provisão para perda no ativo (a)	-	(4.005.797)	(636.611)	1.109.238	-	-	-	(3.533.170)
Total		129.372.193	23.702.578	(14.978.084)	-	(25.116.602)	15.468.512	128.448.597

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2021	Custo		Transferência entre contas	Depreciação		31/12/2022
			Aquisições	Baixas		Adições	Baixas	
Equipamentos de computação	20%	52.977.611	12.955.376	(3.135.387)	-	(19.524.338)	3.131.799	46.405.061
Máquinas e equipamentos	10%	11.499.094	112.215	(100.643)	291.151	(1.096.612)	50.143	10.755.348
Móveis e utensílios	10%	2.519.356	4.313.089	(68.726)	-	(833.118)	50.608	5.981.209
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	216.326	-	-	-	(22.603)	-	193.723
Cabos de fibra ótica	5%	11.727.923	5.973.430	(241.099)	53.270.633	(2.087.248)	4.731	68.648.370
Instalação	10%	403.496	-	-	-	(43.458)	-	360.038
Equipamento-leasing	-	-	1.044.150	(3.600)	-	(158.467)	-	882.083
Construções em andamento	-	136.085	16.073	-	-	-	-	152.158
Imobilizado em andamento	-	49.087.931	4.473.853	-	(53.561.784)	-	-	-
Provisão para perda no ativo	-	(3.579.245)	(550.905)	124.353	-	-	-	(4.005.797)
Total	20%	124.988.577	28.337.281	(3.425.102)	-	(23.765.844)	3.237.281	129.372.193

- (a) Com relação à provisão para perda, foi estimada com base no inventário realizado no ano vigente, descontando as baixas ocorridas em 2023. Dessa forma, a segregação dos valores por status dos bens está descrita a seguir:

Classificação do bem	31/12/2023	31/12/2022
Não informado	2.505.150	3.454.892
Não localizado	653.673	475.454
Irrecuperável	61.912	16.202
Obsoleto para o projeto	282.789	55.032
Recuperável	29.646	4.217
Total geral	3.533.170	4.005.797

No quadro a seguir demonstramos a movimentação da provisão para perda do imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro	(4.005.797)	(3.579.246)
(-) Bens baixados no exercício (a)	1.109.238	124.354
(+) Bens que ingressaram na provisão no exercício (b)	(636.611)	(550.905)
Saldo em 31 de dezembro	(3.533.170)	(4.005.797)

- (b) Bens que estavam compondo o valor da provisão para perda do imobilizado e foram baixados ao longo do ano de 2023; e
- (c) Bens que em 2022 não faziam parte da provisão e em 2023 ingressaram na composição (devido mudança de status).

11. Intangível

	Taxas anuais de amortização	31/12/2022	Custo		Amortização		31/12/2023
			Aquisições	Baixas	Amortização	Baixas	
Sistema aplicativo software	20%	6.245.834	279.155	(2.780)	(2.677.967)	2.780	3.847.022
Direito cessão de uso (a)	4%	45.492.140	-	-	(1.503.624)	-	43.988.516
Provisão perda no ativo		(48.993)	(44.832)	-	-	-	(93.825)
Total		51.688.981	234.323	(2.780)	(4.181.591)	2.780	47.741.713

	Taxas anuais de amortização	31/12/2021	Custo		Amortização		31/12/2022
			Aquisições	Baixas	Amortização	Baixas	
Sistema aplicativo software	20%	5.307.173	3.068.711	-	(2.130.050)	-	6.245.834
Direito cessão de uso	4%	35.896.992	11.098.772	-	(1.503.624)	-	45.492.140
Provisão perda no ativo		(48.993)	-	-	-	-	(48.993)
Total		41.155.172	14.167.483	-	(3.633.674)	-	51.688.981

A amortização dos sistemas de software no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 2.677.967 (R\$ 2.130.050 em 2023) e a amortização de R\$ 1.503.624 se refere ao Projeto BELLA registrada no resultado do exercício.

Classificação do bem	31/12/2023	31/12/2022
Não informado	44.832	48.993
Total geral	44.832	48.993

(a) BELLA, Build Europe Link with Latin America, é um projeto que tem o objetivo de atender as demandas de interconexão de longo prazo das comunidades de pesquisa e educação europeias e latino-americanas, por interesse do Governo Brasileiro e delegação expressa do MCTI através do Ofício MCTI nº 169 de 13 de abril de 2016. Esse projeto garante a cessão do direito de uso de longo prazo sobre espectro em um cabo submarino direto entre as duas regiões, assim como a implementação de uma rede de pesquisa e educação com 100Gbps de capacidade em toda a América Latina.

O sistema de comunicação submarino foi licitado e contratado por CLARA e GÉANT, em nome da RNP e demais redes de pesquisa e educação nacionais participantes do “Consortium Agreement BELLA”, formado pelas redes acadêmicas nacionais (RNIE ou NREN) do Brasil, Chile, Colômbia, Equador, França, Alemanha, Itália, Portugal e Espanha.

O financiamento do projeto BELLA está a cargo da União Europeia, por meio do programa Horizonte 2020, em virtude dos acordos de subvenção com referências 731505-DG-CNECT (BELLA-S1), DG-DEVCO, LA/2016/376-534 (BELLA-T) e DG-GROWTH. Esse projeto recebeu também financiamento em espécie de CEDIA (Equador), REUNA (Chile), RENATA (Colômbia) e RNP (Brasil). Juntas, as redes contribuem com 30% do custo de acesso ao cabo transatlântico da empresa ELLALINK, além de contribuírem significativamente para atualização rede regional de CLARA na América do Sul.

O contrato é de 25 anos com valor total de € 8.966 mil. Esses valores foram totalmente pagos em parcelas no período de 2018 a 2022, sendo o último aporte da contrapartida brasileira realizado no exercício de 2022 de R\$ 11.098.772, equivalente a €1.992.598. A contrapartida brasileira resultou em uma cessão de direito de uso de longo prazo, em desenvolvimento, e com amortização prevista para os últimos 23 anos do acordo, visto a data de referência para o início da implantação do cabo submarino Brasil-Europa pela empresa ELLALINK. Em sua parte terrestre, o projeto BELLA também finalizou a integração entre Brasil, Argentina e Chile em alta velocidade.

A conectividade intercontinental direta e a integração inter-regional é um marco histórico para o desenvolvimento da ciência, educação, tecnologia e inovação da América do Sul.

Por suas características modernas de escalabilidade, latência e capacidade permitirá maior efetividade e redundância em aplicações altamente demandantes em vários campos, especialmente, ciências da terra, astronomia, clima, biodiversidade, educação, saúde e computação.

12. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores telecomunicações	8.374.801	7.826.420
Fornecedores não telecomunicações	20.898.787	18.097.595
Total	29.273.588	25.924.015

A conta de Fornecedores Telecom se refere aos valores devidos dos serviços contratados de telecomunicações, já em Fornecedores Não Telecom, são contemplados todos os demais fornecedores da RNP que a atendem nas mais diversas necessidades.

13. Passivo de arrendamento

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Principal (i)	1.094.704	931.438
Encargos financeiros a apropriar (i)	(155.750)	(158.770)
Leasing a pagar (ii)	162.674	637.187
Total do circulante	1.101.628	1.409.855
Não circulante		
Principal (i)	1.705.731	2.300.897
Encargos financeiros a apropriar (i)	(100.018)	(231.217)
Leasing a pagar (ii)	-	105.893
Total do não circulante	1.605.713	2.175.573
Total	2.707.341	3.585.428

(i) A taxa de desconto utilizada no cálculo dos contratos antigos foi a Selic média de 6,24% a.a. e para o contrato EMBRAPA – CAMPINAS, o INCC-M acumulado de 2023 de 9,40%; e

- (ii) Em 2022, a RNP assinou um contrato de leasing referente a equipamentos de informática com o Banco Daycoval no valor de R\$ 1.270.723 parcelado em 24 vezes de R\$ 52.947.

A seguir a segregação entre o passivo de arrendamento de direito de uso e o leasing:

	Direito de uso	Leasing
Saldo do arrendamento em 1º de janeiro	2.923.466	661.962
Remensuração/adição de novos contratos	577.095	-
Pagamento de principal	(1.063.249)	(580.407)
Apropriação de juros ao resultado do exercício	107.543	80.931
Saldo do arrendamento em 31 de dezembro	2.544.855	162.486
Total do passivo		2.707.341

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos, segregado por ano:

	Valor nominal	Valor presente
2024	1.257.377	1.101.628
2025	1.094.704	1.009.858
2026	611.028	595.855
Total	2.963.109	2.707.341

14. Obrigações fiscais

	31/12/2023	31/12/2022
ISS a recolher	301.367	362.650
IRRF a recolher (a)	2.532.806	1.814.553
CSL/Cofins/PIS código 5952	604.490	592.499
Cofins sobre prestação de serviços	155.777	286.903
Cofins sobre receita financeira (b)	9.419.311	6.177.357
Cofins a recolher código 5960	1.183	-
Total	13.014.934	9.233.962

- (a) A rubrica é composta basicamente por valores referentes a IR retidos sobre a folha de funcionários, seguido do IR retido da prestação de serviços PJ e por fim do IR retido da folha de autônomos; e
- (b) A Cofins sobre a receita financeira foi reconhecida tanto no Ativo pelo depósito judicial quanto no Passivo pela obrigação legal, visando garantir à parte vencedora o pagamento devido e a efetividade da decisão judicial, determinando a atualização do valor discutido do processo nº 0104112-26.2015.4.02.5101, apresentado na Nota Explicativa nº 8(b).

15. Obrigações trabalhistas

	31/12/2023	31/12/2022
Férias	8.634.498	6.693.106
INSS sobre férias	2.201.793	1.744.218
FGTS sobre férias	690.757	535.446
Outros	3.800	40.462
Total	11.530.848	9.013.232

16. Obrigações em circulação

	31/12/2023	31/12/2022
Contrato de gestão - MCTI (a)	733.408.170	624.268.202
Finep - Cloudlab (a)	328.682	328.682
Total	733.736.852	624.596.884
Recursos de projetos incentivados (b)		
Projeto Frida	44.939	45.042
Projeto Global Biodiversity	21.542	(15.405)
Convênio Pedro II	384.730	721.095
Projeto 6G MCTI, RNP, Finatel e CPQD	2.686.967	1.071.114
Projeto 5G IN A BOX	82.719	579.027
Projeto Open ran (c)	19.300.260	18.134.430
Projeto Hackers do bem	4.228.931	-
Fundação Renova (ass)	2.399.546	-
Projeto Visão 5G FINEP	1.904.791	-
Projeto Iliada	1.880.321	-
Projeto Petrobras	1.978.200	1.163.129
Total	34.912.946	21.698.432
Total	768.649.798	646.295.316
	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	667.040.678	495.174.185
Não circulante	101.609.120	151.121.131
Total	768.649.798	646.295.316

- (a) O Contrato de Gestão da RNP é o instrumento pelo qual o(s) contratante(s), ou seja, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), os intervenientes ministérios, da Educação (MEC) e das Comunicações (MCOM), além de outros órgão participantes do Programa Interministerial RNP (PRORNP) faz os repasses de recursos para o atendimento ao plano de trabalho da RNP. As entradas dos recursos do Contrato de Gestão, bem como os recursos dos convênios FINEP, são registrados na conta de Obrigações em Circulação, tendo em vista a verdadeira realização das receitas ocorrer no momento de realização dos projetos e não no momento de entrada no caixa da Organização. A medida em que os projetos correlatos são executados, as obrigações em circulação são baixadas e a respectiva receita é apropriada ao resultado do exercício.

Com base nos aditivos ao Contrato de gestão já pactuados, a RNP recebeu em 2023 o valor total de R\$ 442.342.003, conforme segue:

Entradas TA - 2023

Termo	R\$
10º SIB - Sistema de Informações em Biossegurança	6.640.816
10º Infraestrutura de Rede Avançada MD 2022	476.296
9º Infovia Potiguar 2022	23.527.660
9º Cidades Conectadas	10.960.000
9º Infovias Estaduais Norte Conectado	4.680.000
10º Soluções para preservação e disseminação de acervo da EBC	1.000.000
12º Fomento MCTI	2.000.000
13º TV 3.0 (a)	7.000.000
13º Integração PAC x PAIS	12.170.541
13º Projeto Piloto de Conectividade das Escolas sem Energia	6.000.000
10º Infraestrutura de Rede Avançada EMBRAPA 2022	4.050.000
10º Infraestrutura de Rede Avançada CPRM 2022	2.365.000
11º Programa de ações Tecnológicas conjuntas CAPES/RNP	3.000.000
7º Emenda Parlamentar Rede Rio - Nova Iguaçu (Dep. Talíria Petrone)	1.300.000
11º Programa de Modernização em Nuvem de Aplicações e Dados Educacionais	10.000.000
11º Programa Transformação Digital das IES	33.000.000
14º Fomento MCTI	41.171.690
8º Fomento FNDCT/MCTI	65.000.000
18º Conecta e Capacita FNDCT/MCTI 2023	208.000.000
Total	442.342.003

No demonstrativo a seguir apresentamos a movimentação da conta de obrigação em circulação:

	2023	2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	624.596.884	354.006.350
Ingresso de recursos do contrato de gestão	442.342.003	569.218.854
Despesas executadas no exercício - contrato de gestão	(384.591.670)	(346.014.473)
Devolução de recursos - TA	(302.584)	(272.558)
Receita financeira	51.692.218	47.658.711
Saldo final em 31 de dezembro	733.736.851	624.596.884

Em 31 de dezembro de 2023, alguns recursos permaneceram pendentes de repasse, conforme a seguir:

Termo	R\$
15º Fomento MEC	103.750.000
15º Programa de ações tecnológicas conjuntas Capes/ RNP 2023	5.500.000
15º Cooperação EBSEH /RNP 2023	11.750.000
15º PNLD Digital 2023	11.403.218
16º Projeto Infovia estadual do Acre	5.132.525
16º Projeto Infovia estadual do Acre (Fomento)	265.475
17º Programa de modernização em nuvem de aplicações e dados educacionais	10.401.265
17º Prospecção e implantação de soluções de dados para a educação.	20.000.000
17º PNLD Digital 2023	16.596.782
17º Programa de ações tecnológicas conjuntas CAPES/RNP	9.600.000
Total	194.399.265

- (b) O montante registrado nessa rubrica corresponde aos valores recebidos antecipadamente a título de patrocínios, convênios ou acordos para execução de projetos específicos. À medida que os gastos são incorridos, estes são contabilizados no resultado do exercício e a receita correspondente é reconhecida no mesmo montante; e
- (c) O projeto OPEN RAN tem como objetivo a pesquisa e o desenvolvimento de software para a construção de uma plataforma de código aberto para o controle e gerenciamento de infraestruturas de rede programáveis compostas por equipamentos abertos e desagregados, ou seja, construídos a partir da integração de múltiplos componentes fornecidos por diferentes fabricantes de hardware e software. O software a ser desenvolvido neste projeto consiste em controladores, orquestradores, funções e serviços de rede envolvendo o uso de virtualização, computação e armazenamento em nuvem e inteligência artificial.

Além disso, o projeto tem como objetivo prover um ambiente de testes (testbed) a nível nacional, envolvendo tais tecnologias, para o uso pela academia, indústria e prestadores de serviços de comunicação.

17. Provisão para riscos judiciais

17.1. Contingências classificadas como prováveis

A RNP é parte em processos judiciais ou em riscos potenciais que, na avaliação dos consultores jurídicos, levando em consideração experiências com naturezas semelhantes, foram classificadas como de risco provável de perda.

A Administração entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes para preservar o seu patrimônio, registrando o reconhecimento de provisões para perdas prováveis de processos judiciais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, de acordo com os valores discriminados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas (processos judiciais)	240.923	673.724
Cíveis	1.696.813	1.696.813
Trabalhistas (terceirização)	25.235.515	23.787.869
Total	27.173.251	26.158.406

A movimentação da provisão para riscos judiciais ocorreu conforme demonstrado no quadro a seguir:

	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro	26.158.406	21.557.945
(+) Constituição de provisão	3.191.747	4.753.406
(-) Reversão de provisão	(1.876.902)	(152.945)
(-) Pagamentos	(300.000)	-
Saldo em 31 de dezembro	27.173.251	26.158.406

17.2. Contingências classificadas como possíveis

Adicionalmente, a Entidade tem ações de naturezas tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Quantidade	2023	Quantidade	2022
Trabalhista	5	1.355.090	4	803.403
Tributária	2	770.440	3	1.669.605
Total	7	2.125.530	7	2.473.008

Em relação à movimentação das contingências classificadas como “Possíveis”, além da atualização dos valores das ações judiciais, houve a adição de dois novos processos, a saber: processo nº 0100609-55.2023.5.01.0026 e processo no 0000944-34.2023.5.07.0015, ambos trabalhistas e uma reclassificação do processo tributário 0020983-94.2013.4.02.5101 para “Provável”.

18. Patrimônio líquido

a) Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pelas dotações iniciais concedidas/cedidas pelos fundadores e adicionados pelo superávit ou déficit apurados em cada exercício social.

b) Superávits/déficits acumulados

O valor do superávit ou déficit é incorporado ao patrimônio social no exercício subsequente.

19. Receita de convênios

	31/12/2023	31/12/2022
Agência Estadual de Metrologia de Mato Grosso do Sul	21.350	-
Asces Unita	4.250	-
Associação das Pioneiras Sociais - Hospital Sarah Kubitschek	35.838	-
Associação Hospitalar Moinhos de Vento (HMV)	30.500	-
Centro Universitário Jorge Amado	38.250	-
Centro Universitário Tabosa de Almeida - Asces (Unita)	29.750	102.000
Centro universitário Unifacisa (Unifacisa)	30.500	-
Colégio Pedro II	25.035	453.380
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPMR)	-	70.625
Cloudlab	-	81.116
Frida	103	932
Fundação Bahiana para Desenvolvimento das Ciências	42.192	48.875
Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras	3.050	-
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (Fapepi)	248.400	-
Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec)	66.232	-
Fundação Jose Silveira	15.250	-
Fundação Norte Rio Grandense de Pesquisa e Cultura - Funpec	30.500	-
Fundação Oswaldo Cruz	-	85.000
Fundação Renova	302.558	-
Fundação Vale-paraibana de Ensino	36.600	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação (FNDE)	-	170.000
Global Biodiversi	1.406	21.740
Grupo Hospitalar Conceição (GHC)	30.500	-
Hackers do Bem	758.435	-
Hospital São Rafael	20.333	26.250
IMIP	12.200	-
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoa (IFAL)	13.097	-
Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia (IMES_FTC)	39.000	51.000
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro Xerém	233.370	-
Lauren Foundation	-	229.488
Open Ran	7.818.900	18.013.963
Outros	182.047	263.811
Petrobas	333.683	75.138
Projeto 5g in a box	1.231.539	1.444.360
Projeto Brasil 6g	6.268.814	9.007.369
Santa Casa de Misericórdia da Bahia	27.958	7.625
Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação do Estado Alagoas	76.000	-
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação	72.000	-
Serviço Nacional De Aprendizagem Industrial (Senai/Cimatec)	30.600	-
Sistema Meteorológico do Paraná (Simepar)	30.500	-
Universidade do Estado da Bahia (Uneb)	29.750	72.250
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern)	61.000	-
Universidade Estadual de Alagoas (Uneal)	61.000	-
Universidade Católica de Pernambuco (Unicap)	65.250	79.750
Universidade de Pernambuco	24.400	-
Universidade do Espírito Santo	312.530	-
Universidade do Estado do Para	6.100	244.000
Universidade Estadual de Feira de Santana	51.000	-
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	61.000	-
Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc)	39.000	46.750
Universidade Estadual do Maranhão (Uema)	61.000	-

31/12/2023 31/12/2022

Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp)	61.000	-
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb)	36.600	14.875
Universidade Federal de Jataí	6.549	
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)	-	331.471
Universidade Federal do Paraná	18.300	-
Universidade Veiga de Almeida (Antares)	59.500	46.750
Total	19.094.719	30.988.518

A receita de convênios se trata de uma conta sazonal pela qual a RNP busca alavancar seus recursos adicionais que servem tanto para estender projetos em curso, quanto para atender aos conveniados em serviços de rede e ou para complementar infraestrutura própria destinada à integração de novas organizações e de novas comunidades, propiciando o aumento da base de clientes, diminuindo a vulnerabilidade da RNP em relação ao Contrato de gestão como único e grande financiador.

20. Receita de prestação de serviço

	31/12/2023	31/12/2022
Recursos (a)	26.019.651	28.017.441
Outras receitas	4.066.271	5.619.167
Total	30.085.922	33.636.608
Tributos sobre serviços prestados		
ISS	(1.118.420)	(1.289.373)
Cofins	(2.305.663)	(2.457.615)
Total	(3.424.083)	(3.746.988)
Total	26.661.839	29.889.620

(a) A receita de recurso contempla os acordos de cooperação técnica que funcionam como um instrumento jurídico formalizado entre órgãos e entidades da Administração Pública ou entre estes e entidades privadas sem fins lucrativos no caso da RNP com o objetivo de firmar interesse de mútua cooperação técnica, visando a execução de programas de trabalho, projetos/atividade ou evento de interesse recíproco.

21. Despesas com pessoal

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e ordenados (a)	(62.104.311)	(50.088.333)
INSS	(19.066.157)	(15.850.815)
Assistência médica	(3.950.546)	(3.064.042)
FGTS	(6.315.588)	(4.984.504)
13º salário	(5.745.121)	(4.589.223)
Auxílio alimentação/refeição	(4.846.336)	(3.785.983)
Horas extras	(1.424.141)	(1.205.651)
Férias indenizadas	(135.267)	(289.467)
PIS sobre folha de pagamento	(811.420)	(612.362)
Gratificações/comissão	(1.646.673)	(1.496.248)
Estagiários	(416.859)	(235.814)
Complemento auxílio-doença	(38.690)	(16.298)
Seguro de vida em grupo	(361.065)	(199.087)
Vale-transporte	(15.961)	(10.757)
Treinamento de pessoal	(3.578.475)	(4.305.366)
Assistência odontológica	(60.623)	(64.878)
Demais auxílios	(837.313)	(744.790)
Outras despesas com pessoal	(386.349)	(309.454)
Bolsistas	(5.881.828)	(3.245.687)
Prêmio de desempenho (b)	(4.183.879)	(3.411.263)
Provisão para férias e encargos	(9.188.750)	(6.539.235)
Total	(130.995.352)	(105.049.257)

- (a)** A variação ocorrida na conta de salários se deu por alguns fatores: aumento no quadro de funcionário mediante novas contratações, progressões e promoções e o aumento do dissídio de 2023; e
- (b)** O Prêmio de Desempenho foi instituído com o objetivo de recompensar os empregados que tiveram participação no atingimento da meta institucional, prevista no Contrato de Gestão firmado entre a RNP e o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, para o desenvolvimento tecnológico da área de redes e suas aplicações. Esse prêmio é pago por liberalidade e só é efetivado quando as metas são atingidas e quando existem recursos financeiros disponíveis para seu pagamento. Não se constituindo em remuneração fixa para fins de incorporação aos salários.

22. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Conectividade nacional	(46.350.442)	(58.488.449)
Convênio de cooperação acadêmica	(14.185.330)	(19.925.525)
Outras despesas	(12.369.784)	(7.533.979)
Serviço de terceirização de mão de obra (a)	(49.783.308)	(37.195.549)
Viagens	(11.021.989)	(5.793.541)
Renovação de licenças	(20.209.007)	(20.209.533)
Conectividade internacional	(3.300.000)	(3.354.910)
Material de informática	(1.588.581)	(1.851.749)
Utilidades e serviços	(1.606.548)	(1.944.804)
Ocupação	(2.577.015)	(2.266.076)
Consultoria jurídica	(917.208)	(599.985)
Consultoria e assessoria - ESR	(746.004)	(212.408)
Serviço de obra civil	(3.084.238)	(3.578.726)
Serviços especializados - eventos	(1.400.270)	(746.861)
Assessoria Contábil/custos	(874.776)	(801.124)
Serviço de auditoria	(187.279)	(180.960)
Assessoria de imprensa	(424.291)	(730.359)
Consultoria/assessoria	(12.556.790)	(17.172.370)
Consultoria em projetos	(771.181)	(1.406.500)
Assessoria/consultoria em informática (b)	(80.787.577)	(66.611.497)
Instalação, manutenção e reparo de equipe	(2.274.021)	(3.877.641)
Prestação de serviços pessoa física	(4.445.608)	(4.365.072)
Total	(271.461.247)	(258.847.618)

- (a)** Em função do aumento do portfólio de projetos houve a necessidade de contratação de novos serviços de outsourcing; e
- (b)** A variação ocorreu por ampliações de escopo nos projetos existentes como: O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), RGHU- NOVA FASE, expansão projeto CAPES.

23. Despesas tributárias

	31/12/2023	31/12/2022
IR sobre serviços no exterior	(1.685.449)	(869.464)
Impostos e taxas	(522.704)	(457.461)
Outros	(535.438)	(493.634)
Total	(2.743.591)	(1.820.559)

24. Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Reversão (provisão) para perdas ativo imobilizado e intangível	427.795	(426.551)
Baixas de ativo imobilizado	(618.810)	(312.710)
Variação cambial	423.558	105.737
Reversão de despesa (a)	1.572.132	3.987.540
Outros	35.708	310.546
Total	1.840.383	3.664.562

(a) A nomenclatura reversão de despesa se refere aos ajustes realizados de despesas não telecom provisionadas em 2022 que não foram executadas, sendo assim, estornados no exercício de 2023.

25. Resultado financeiro líquido

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	64.614.895	57.407.781
Descontos financeiros obtidos	192	31
Total	64.615.087	57.407.812
Despesas financeiras		
Variação cambial	(234.982)	(242.725)
IRRF sobre aplicação financeira	(11.286.607)	(9.531.021)
Juros	(188.474)	(201.625)
IOF	(220.182)	(243.920)
Despesas bancárias	(67.899)	(149.146)
Juros e multas passivas	(9.470)	(11.248)
Outros	(1.789)	-
Total	(12.009.403)	(10.379.685)
Resultado financeiro líquido	52.605.684	47.028.127

26. Transações com partes relacionadas

Remuneração e pessoal-chave

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração total da Alta Gerência da RNP foi de R\$ 2.934.105 (R\$ 2.624.501 em 2022). A RNP não concede benefícios pós-emprego ou outros de longo prazo para os seus diretores e colaboradores.

A RNP é cofundadora e associada à Cooperação Latino-Americana de Redes Avançadas (CLARA), uma Organização de Direito Internacional sem fins lucrativos que opera uma rede de Internet Avançada, a RedClara, que tem como objetivo interconectar internacionalmente a RNP às redes acadêmicas de diversos países da América Latina e Europa. Com isso, estende o serviço de conectividade às instituições usuárias destes outros países e do continente europeu.

A Clara possui um conselho diretivo escolhido através de votação, em assembleia de seus associados. Atualmente, o Diretor de Engenharia e Operações, Eduardo Cezar Grizendi, é o representante da RNP no Conselho Diretivo de CLARA.

27. Gestão dos riscos e instrumentos financeiros

Considerações gerais e políticas

A Entidade contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração.

a) Gestão de risco financeiro

A atividade da Entidade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros) e risco de liquidez. A gestão de risco da Entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

a.1) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras da Entidade, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. A Entidade administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de 1ª linha.

a.2) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, e capacidade de liquidar posições de mercado.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo em condições normais de mercado. Esses instrumentos visam a liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Entidade não realizou operações com caráter especulativo, em derivativos ou em quaisquer outros ativos de riscos.

28. Cobertura de seguros

Ao final de 2023 diversas apólices foram renovadas e com as coberturas para o ano de 2024. De modo geral, as apólices estão distribuídas conforme as disposições a seguir:

Apólice	Vigência		Dias	Valor total
1.007.100.046.439	23/11/2023	13/11/2024	357	R\$ 537
1.007.100.046.429	13/11/2023	13/11/2024	367	R\$ 380.267
1.007.100.046.431	13/11/2023	13/11/2024	367	R\$ 146.488
1007100046439 - Proj. 913	13/11/2023	13/11/2024	367	R\$ 3.861
1007100046439 - Proj. 997	13/11/2023	13/11/2024	367	R\$ 1.816
1.007.100.046.441	13/11/2023	13/11/2024	367	R\$ 16.863
12023000107750005999	17/01/2023	17/04/2024	457	R\$ 2.015
100107467128374	20/08/2023	19/08/2026	1096	R\$ 14.821
30.10.0021676.28 - Proj. 2254	12/09/2023	12/09/2024	367	R\$ 39.921

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2023 a RNP possui o pagamento total referente a prêmios de seguro da ordem de R\$ 606.589.

Nas apólices foram listados todos os locais de risco cobertos, bem como todos os itens contemplados na proteção com suas respectivas características de identificação tais como número de série, marca, descrição e seu respectivo local de risco conforme especificado na apólice.

Adicionalmente, ao longo do ano, o seguro é revisto e atualizado conforme a probabilidade de mudança do critério anteriormente mencionado, com o objetivo de resguardar o patrimônio.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Entidade.

* * *